



CONSELHO NACIONAL
DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO
DOS ESTADOS BRASILEIROS E DO DISTRITO



ATA DO II ENCONTRO DO CONSELHO NACIONAL
DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO DOS
ESTADOS BRASILEIROS E DO DISTRITO FEDERAL -
CNCI, REALIZADO NOS DIAS 12 E 13 DE MAIO DE
2008, EM SALVADOR- BA.

1
2
3
4
5
6
7 PARTICIPANTES: Maria Celeste Morais Guimarães, Auditora-Geral do Estado de Minas Gerais e
8 Presidente do CNCI; Roberval da Silveira Marques, Contador e Auditor-Geral do Estado do Rio
9 Grande do Sul e Vice-Presidente do CNCI; Maria do Amparo Esmério Silva, Controladora-Geral do
10 Estado do Piauí; Mirian Tereza Machado Guerreiro de Freitas, Auditora-Geral do Estado da Bahia;
11 Edla P. Pinheiro, Auditora-Geral do Estado do Amapá, Edilson Barbosa, Auditor-Geral do Estado do
12 Espírito Santo; Flora Valladares Coelho, Controladora-Geral do Estado do Acre; Charles Adriano
13 Schappo, Controlador-Geral do Estado de Rondônia; Alexandre Lages Cavalcante, Controlador-
14 Geral do Estado de Alagoas; Alberto de Sousa Rocha Júnior, Auditor-Geral do Estado do Maranhão;
15 José Ricardo Wanderley Dantas de Oliveira, Secretário Especial da Controladoria-Geral do Estado
16 de Pernambuco; Aloísio Barbosa de Carvalho Neto, Secretário da Controladoria e Ouvidoria do
17 Estado do Ceará; Antônio Jorge Melo Viana, Secretário da Secretaria de Controle Interno do Estado
18 do Paraná; Marlene da Silva Prado, Controladora-Geral do Estado de Roraima, Roberto Eduardo
19 Ventura Giffoni, Corregedor-Geral do Distrito Federal, Eugênio Manuel da Silva Machado, Auditor-
20 Geral do Estado do Rio de Janeiro, Adinelson Alves da Silva, Controlador-Geral do Estado de
21 Sergipe, Edivaldo Gomes da Silva Sousa, representando a Controladoria-Geral do Estado do
22 Tocantins; Alexandre Pinto Varella, representando a Controladoria-Geral do Estado do Rio Grande
23 do Norte.

24 ABERTURA: Às nove horas do dia 12 de maio do ano de dois mil e oito foram iniciados os trabalhos,
25 tendo o Cerimonial chamado para compor a mesa do II Encontro do CNCI, o representante do
26 Governador do Estado da Bahia, Secretário da Fazenda, Carlos Martins, o Ministro de Estado do
27 Controle e da Transparência, Jorge Hage Sobrinho, o Procurador-Geral da Justiça do Estado da
28 Bahia, Livaldo Brito, o Procurador-Geral do Estado da Bahia, Rui Morais Cruz, a Presidente do
29 CNCI, Maria Celeste Morais Guimarães; a Auditora-Geral do Estado da Bahia, Miriam Tereza
30 Machado Guerreiro de Freitas. Na sequência, o representante do Governador do Estado da Bahia,
31 Carlos Martins, Secretário da Fazenda, saudou os participantes enfatizando a importância da realização
32 do II Encontro do CNCI no Estado, destacou a situação atual do Estado da Bahia em relação à
33 transparência e a aplicação dos recursos públicos, ressaltou e ainda, que o Estado não possuía
34 mecanismos de divulgação da transparência e dos gastos públicos, mas hoje conta com um Portal da
35 Transparência, onde são divulgados os gastos públicos e que todos os baianos tem acesso ao Portal.
36 Defendeu a importância da autonomia da Auditoria-Geral do Estado da Bahia, uma vez que, hoje está
37 vinculada à Secretaria da Fazenda e destacou, ainda, a contribuição da Auditora-Geral da Bahia na
38 condução dos trabalhos na EBAL, quando detectou os desvios dos recursos públicos. A Secretaria da
39 Fazenda tem hoje um convênio para o Combate à Corrupção juntamente com o Ministério Público,
40 Tribunal de Justiça e a Secretaria Estadual de Segurança Pública, pareceria esta muito eficaz no
41 Combate à Corrupção. Na sequência, a Presidente do CNCI e Auditora-Geral do Estado de Minas
42 Gerais, Maria Celeste Morais Guimarães, agradeceu ao Estado da Bahia pela acolhida e destacou ainda
43 a importância da integração dos Estados, salientou o apoio da Controladoria-Geral da União, não só ao
44 Estado de Minas Gerais, mas ao Conselho Nacional. Elogiou, ainda, o trabalho de prevenção da
45 Auditoria-Geral do Estado da Bahia. Apresentou um vídeo promocional com a nova logomarca do
46 Conselho Nacional dos Órgãos de Controle Interno dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal -
47 CONACI, que hoje é uma realidade consubstancial para o Brasil. Na sequência a Auditora-Geral do
48 Estado da Bahia, Mirian Tereza Machado Guerreiro de Freitas, agradeceu a presença de todos os
49 participantes do II Encontro do CNCI na capital da Bahia e destacou a multiplicidade e as diversidades
50 do Estado como um ponto forte, sendo uma característica marcante do Estado da Bahia e ressaltou a
51 importância de estarmos juntos para contribuir por um Brasil efetivamente Republicano. Na sequência o
52 Procurador-Geral de Justiça do Estado da Bahia, Livaldo Brito, que em seu discurso ressaltou a
53 preocupação do Ministério Público com o controle interno e o controle social e tendo em vista as diversas
54 campanhas em curso no Estado, destacou a campanha que traz como tema "Quem não deve, não
55 teme!", a qual tenta mobilizar a sociedade e suas classes, para a fiscalização dos documentos contábeis
56 dos gestores municipais. Ressaltou, ainda, a dificuldade por parte dos gestores em não apresentar tais
57 documentos para a sua análise. Este trabalho conta com a parceira da Controladoria-Geral da União
58 para a capacitação das lideranças comunitárias, com o intuito de melhorar os trabalhos do controle
59 interno e social. Na sequência, o Ministro de Estado do Controle e da Transparência, Jorge Hage

Polícia Judiciária
do Estado de Minas Gerais
Corregedoria Geral de Justiça

Selo de Fiscalização



AUTENTICAÇÃO
BAS 019

TABELIAO FERRAZ 1º OFICIO DE NOTAS
Rua Goiás nº 187 - B. J. e - MG - Tel 3222-0584
Tabelião João Mauricio Viliano Ferraz

AUTENTICAÇÃO
23 MAR 2009

CONFERIDO E ACHADO CONFORME O ORIGINAL APRESENTADO

| | | | |
|--------------------------|-----------------------------|--------------------------|------------------------------|
| <input type="checkbox"/> | EVERARDO VIEIRA FILHO | <input type="checkbox"/> | MARIA ANGELA XAVIER OLIVEIRA |
| <input type="checkbox"/> | VENICIO DELLA CROCE | <input type="checkbox"/> | PAULO MARCIO TASSARA |
| <input type="checkbox"/> | MARIA TERESA ALVES DINIZ | <input type="checkbox"/> | EREMIAS FERNANDES DE SOUZA |
| <input type="checkbox"/> | CLEUSDETE VIZACRE ALVES VAZ | <input type="checkbox"/> | MARCELO ANDRADE FERRAZ |

CONSELHO NACIONAL DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO
DOS ESTADOS BRASILEIROS E DO DISTRITO FEDERAL - CNCI



60 Sobrinho, saudou todos os membros da mesa e os membros do Conselho Nacional e destacou que o
61 Estado da Bahia vive uma fase histórica e com passos inéditos em relação ao que se vem observando
62 no atual Governo. Destacou o Portal da Transparência e o seu lançamento neste Estado, com a abertura
63 das contas do Governo para toda a população. Reafirmou ainda a crença no controle interno, como
64 conceito e como função de Estado, no esforço, na competência e na liderança de pessoas que estão à
65 frente dos órgãos de controle interno nos Estados brasileiros.

66 **PALESTRA: “O Papel do controle interno e a experiência da Controladoria Geral da União” –**
67 **Ministro de Estado do Controle e da Transparência, Jorge Hage Sobrinho** – Em seu discurso
68 destacou que a função do controle interno tem raízes na Constituição de 1988, com dois dispositivos
69 básicos do nosso interesse, sendo em primeiro lugar, os artigos 70 e 74 com o 1º parágrafo. Enfatizou
70 que, os responsáveis pelo controle das atividades da Administração Federal devem exercê-lo em todos
71 os níveis e em todos os órgãos conforme o Decreto-Lei 200/1967, tais como a execução dos programas
72 e a observância das normas, como todo o sistema de planejamento, orçamento, compra e patrimônio da
73 administração geral, bem como o controle da aplicação do dinheiro público e da guarda dos bens da
74 união pelos órgãos do próprio sistema de contabilidade e auditoria. Os conceitos de auditoria estavam
75 muito próximos à questão da contabilidade e esta separação é posterior e ao interpretar essa legislação,
76 temos que trazê-la para a realidade em que vivemos, destacou. Fazendo uma explanação a respeito da
77 Lei 10.180 de 06 de fevereiro de 2001, enfatizou o artigo 21 que organiza o sistema da Administração
78 Federal, em Planejamento, Orçamento e Controle. Para a Controladoria-Geral da União a lei 10.683 de
79 2003, em que o atual Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, reorganiza a Administração
80 Federal, destaca o artigo 17 a qual rege as competências da Controladoria-Geral da União e suas
81 atribuições. Exemplos que integram o quadro normativo, no qual nós trabalhamos como controle interno
82 federal, são os diversos Decretos que regulamentam o sistema de controle interno, o sistema de
83 correição, o que cria o conselho da Transparência Pública, o que institui o Portal e as Páginas da
84 Transparência, o que institucionaliza as Sindicâncias Patrimoniais, o que regulamentou o Controle sobre
85 as Transferências Voluntárias, etc. Chamou para uma reflexão a respeito dos principais desafios, sejam
86 conceituais ou de ordem prática. A necessidade de ampliação do conceito tradicional de controle interno,
87 voltado apenas para a auditoria ou fiscalização, nos faz entender que este conceito de controle interno
88 deve integrar essa função. Criando, portanto, no âmbito do que seja o controle interno, a orientação para
89 o gestor e a prevenção das irregularidades e correição. Tendo em vista a conscientização de todos os
90 gestores quanto às suas responsabilidades de controle é o desafio a ser vencido por todos os presentes
91 nos seus respectivos Estados de origem. Destacou, ainda, que devemos evitar o pensamento de que o
92 controle deve ser feito apenas pelos órgãos de controle, pois o controle é de responsabilidade de todo e
93 qualquer gestor, independente do seu nível de gestão. Ressaltou ainda que, o conceito de controle que
94 integra o próprio conceito de gestão, sendo que a carreira de controle faz parte do chamado ciclo de
95 gestão, que começa com o planejamento, orçamento e termina com o controle e esquecido na prática.
96 Informou, ainda, que devemos criar a conscientização de todos os Gestores quanto às suas
97 responsabilidades na área de controle, e a adequada relação do Órgão Central (específico) de Controle
98 Interno com os Gestores, em geral com orientação e vigilância, sem esquecer-se da prevenção que visa
99 a diminuir a correição. Outro desafio ainda é a articulação inter-institucional e o compartilhamento de
100 informações, que nenhum órgão poderá fazer nada sozinho, seja ele, Ministério Público, COAF, Receita
101 Federal, Polícia Federal, Controladoria-Geral da União, Tribunal de Contas, Órgãos de Controle e
102 Procuradorias, enfim a integração é fundamental se quisermos ter uma eficiência contra a improbidade
103 administrativa e o controle dos gastos públicos. Ressaltou ainda, a efetividade do controle e a clareza
104 (para a sociedade) quanto aos limites das atribuições de cada órgão, e como um grande desafio seria o
105 incremento da Transparência na Administração Pública. Disse ainda que, não há menor possibilidade dos
106 órgãos de controle, por mais que se fortaleça e se capacite na área de recursos humanos ou
107 equipamentos, é necessário o estímulo à participação da sociedade e o controle social, é a vigilância da
108 cidadania sob os atos públicos. A ampliação das possibilidades do controle via sistemas eletrônicos e
109 bases de dados (capacitação de recursos humanos), com auditoria *in loco*, utilização de sistemas
110 corporativos que a maioria dos órgãos federais já dispõe, precisamos de uma maximização dessa troca
111 de dados e informações e para a economicidade dos trabalhos de auditoria, fortalecendo e modernizado
112 a gestão. É preciso acabar com a corrupção custe o que custar, usando de metodologias eficazes e com
113 maior visibilidade e transparência da administração pública. Destacou que a Controladoria-Geral da
114 União hoje visa à orientação, a auditoria, fiscalização, a prevenção e juntamente com a Corregedoria-
115 Geral da União terá uma abrangência no Brasil inteiro. Finalizando, enfatizou a articulação federativa com
116 os governadores de diversos Estados e partidos políticos, através de convênio com Órgãos de Controle
117 Interno Estadual de quinze Estados brasileiros, e destacou os projetos do Conselho Nacional dos Órgãos
118 dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal – CNCI em parceria com o Escritório das Nações Unidas
119 contra Drogas e Crime (UNODC) e com o apoio da Controladoria-Geral da União, para a execução dos



VILLANO FERRAZ 1º OFICIO DE NOTAS
Rua Goiás nº 187 - B. Itte - MG - Tel. 3222-0584
Taboão do João Maurício Villano Ferraz

AUTENTICAÇÃO
23 MAR 2009

CONFERIDO E APROVADO CONFORME O ORIGINAL APRESENTADO

| | | | |
|--------------------------|------------------------------|--------------------------|-------------------------------|
| <input type="checkbox"/> | EVERARDO VIEIRA FILHO | <input type="checkbox"/> | MAR A ANGE - ARVIER OLIVEIRA |
| <input type="checkbox"/> | VENICIO DELLA CROCE | <input type="checkbox"/> | PAULUS MERCIO TASSARA |
| <input type="checkbox"/> | MARIA TERESA ALVES DINIZ | <input type="checkbox"/> | GENEMAS FERNANDES DE OLIVEIRA |
| <input type="checkbox"/> | CLEUSTETE VIZCARRA ALVES VAZ | <input type="checkbox"/> | MARCELO ANDRADE PEREIRA |

CONSELHO NACIONAL DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO
DOS ESTADOS BRASILEIROS E DO DISTRITO FEDERAL - CNCI



120 projetos de desenvolvimento de padrões e de protocolos para intercâmbio eletrônico de dados e de
121 informações entre os órgãos estaduais de controle interno e a atualização do diagnóstico do perfil dos
122 recursos humanos dos órgãos estaduais de controle interno e atualização do diagnóstico sobre os
123 sistemas organizacionais dos órgãos estaduais de controle interno.

124 **PALESTRA: “O sistema de controle como instrumento inibitório de ações predatórias contra o**
125 **erário”:** **Mirian Tereza Machado Guerreiro de Freitas, Auditora-Geral do Estado da Bahia.** Em seu
126 discurso destacou o cenário do Estado da Bahia e seus diversos desafios na alternância da gestão
127 pública e na área de controle. Um dos desafios encontrados no Estado é a implementação de uma nova
128 cultura, para apurar com urgência indícios de graves irregularidades, face as dificuldades em auditar
129 grandes contratos com maior profundidade e buscar provas irrefutáveis, objetivas e consistentes.
130 Informou ainda, que no âmbito de novos gestores é fundamental o papel da prevenção através de
131 orientação, articulação de relacionamentos com outras instituições, provocando e comprometendo estes
132 organismos na conseqüente apuração das irregularidades e finalmente na divulgação dos trabalhos
133 realizados em nome da transparência. Ressaltou, ainda, as dificuldades enfrentadas pela Auditoria-Geral
134 da Bahia, diante de uma estrutura inadequada para realizar a contento todos os desafios, tais como, a
135 incompatibilidade entre prazos e profundidade da auditoria, a ausência de controle, quadro de pessoal
136 técnico reduzido e capacitado, falta de formalização dos sistemas de controle interno. Destacou ainda,
137 as parcerias estabelecidas através de convênio com os órgãos de controle, entre eles, com a
138 Controladoria-Geral da União, com o Ministério Público, com o Tribunal de Contas do Estado e do
139 Município, Receita Federal, Polícia Federal. Apresentou ainda as irregularidades apuradas nos grandes
140 contratos das empresas, detectadas através das auditorias pelo corpo técnico do Estado da Bahia e
141 constatou-se a carência e a deficiência de fiscalização nesses contratos. Relatou, ainda, a meta de
142 fortalecimento do órgão de controle e a articulação com os demais órgãos de controle do Estado,
143 resgatando a autonomia, com a missão de prevenir a corrupção, fomentar o controle social, incrementar
144 a transparência da gestão e combater a corrupção visando à integração com os órgãos de controle.
145 Finalizou dizendo que o controle interno integrado com autonomia, profissionalismo e qualificação
146 preventiva, se alcançará o aperfeiçoamento e respeito aos princípios democráticos e republicanos.

147 **PALESTRA: A questão da autonomia dos órgãos de controle – Tereza Regina Cordovil – Auditora**
148 **Gera do Estado do Pará.** Em seu discurso informou sobre a regulamentação da Auditoria-Geral do
149 Estado do Pará, em 1998, sem o quadro de carreira até abril de 2007, com um perfil de assessoramento
150 técnico e com auditorias virtuais. Relatou que um dos principais desafios da AGE/PA foi buscar maior
151 autonomia, ser reconhecida como estratégica para o Estado e a efetividade das ações de controle.
152 Tomar decisões próprias, atuação livre de ingerências externas como órgão de Estado e não de
153 Governo. Como exemplo de autonomia organizacional, o órgão de controle deve estar vinculado
154 diretamente à Administração Superior da entidade, como organismo de assessoramento fiscalizador e
155 preventivo. A AGE/PA era vinculada à Secretaria Especial de Governo e hoje está vinculada ao
156 Governador, ressaltando a conquista do Estado. Informou, ainda, a realização de um levantamento da
157 situação organizacional dos órgãos centrais de controle interno nos Estados brasileiros e no Distrito
158 Federal. Enfatizou ainda a autonomia funcional, como garantia pela estrutura e fortalecimento da carreira
159 própria para os Órgãos Centrais de Controle Interno, a realização de concurso público e posse dos
160 aprovados, iniciando assim a carreira na AGE/PA. Demonstrou a realidade dos Estados brasileiros e do
161 Distrito Federal em relação à carreira de auditor. Como ação estratégica, foi solicitado ao governo o
162 aumento da dotação orçamentária, visando a capacitação do corpo técnico, mapeamento das áreas de
163 risco, priorização de ações, fiscalizações *in loco*, desenvolvimento do sistema de monitoramento das
164 recomendações dos relatórios de auditoria, criação do Portal da Transparência, combate sistemático da
165 corrupção no Estado do Pará. Finalizando, sugeriu a transformação das Auditorias-Gerais em
166 Controladorias com a função de Correição Administrativa, gerando o fortalecimento da carreira de auditor
167 em todo o Brasil e o combate efetivo à corrupção, troca de informação estratégica, bancos de dados,
168 maior interatividade de servidores e experiências exitosas em cada Estado.

169 **PALESTRA: Fragilidade de controle no relacionamento com o Terceiro Setor, José Francisco**
170 **Carvalho Neto, Superintendente-Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia**
171 Em seu discurso ressaltou a relação estreita em que o Tribunal de Contas e a Auditoria-Geral do Estado
172 da Bahia mantém para suprir as reais necessidades no Estado. Destacou, ainda, que as relações do
173 terceiro setor ainda é motivo de muita preocupação, com relação ao mal uso do dinheiro público e a sua
174 aplicabilidade, a evolução com o terceiro setor e a sua relação com o Poder Público, no âmbito do marco
175 legal. Ressaltou os traços e as diferenças entre as Ordens de Serviços e a Organização da Sociedade
176 Civil de Interesse Público – OSCIP’s, o uso inadequado dessas parcerias no terceiro setor e enfatizou as
177 fragilidades do controle no relacionamento com o terceiro setor. Sobre os pontos e controle, citou a
178 resolução nº.1258/07 – TCM/BA, que trata da lei local definidora dos requisitos para a qualificação, a
179 área de atuação e os recursos a serem concedidos, a título de fomento, tal qual o procedimento adotado

Estado de Minas Gerais
Poder Judiciário
Corregedoria Geral de Justiça

Selo de Fiscalização

BAS 01914



FERRAZ 1º OFÍCIO DE NOTAS
Rua nº 187 - B Hte - MG - Tel 3222-0584
Tabelião João Mauricio Vilano Ferraz

AUTENTICAÇÃO

23 MAR 2009

| CONFIRMAÇÃO DO ORIGINAL APRESENTADO | |
|-----------------------------------------------------|-------------------------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> EVÉRARDO VIEIRA FILHO | <input type="checkbox"/> MARIA ÂNGELA XAVIER OLIVEIRA |
| <input type="checkbox"/> VENÍCIO DELLA CRÓCE | <input type="checkbox"/> PAULO MARCIO TASSARA |
| <input type="checkbox"/> MARIA TERESA ALVES DINIZ | <input type="checkbox"/> GEREMAS FERREIRAS DE SOUZA |
| <input type="checkbox"/> GLEUSDETE VIZACRE ALVES AZ | <input type="checkbox"/> MARCELO ANDRADE FERREIRA |

CONSELHO NACIONAL DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO
DOS ESTADOS BRASILEIROS E DO DISTRITO FEDERAL - CNCI



180 para a escolha da OSCIP's com a qual será celebrado o termo de parceria. A razoabilidade e a
181 proporcionalidade no repasse do serviço ou atividade para a organização qualificada, bem como a
182 indicação a título de orientação de atividades que não devem ser objetivos de termo de parceria.
183 Enfatizou a fragilidade do controle no escopo muito amplo e de difícil delimitação do objeto da parceria e
184 a autonomia das entidades, que são entes privados regulados pelo código civil, bem como o controle
185 essencialmente de natureza finalística.

186 **PALESTRA: A experiência do Conselho Revisor no Governo do Estado do Paraná – Antônio Jorge**
187 **Melo Viana – Secretário de Controle Interno do Estado do Paraná.** Em seu discurso fez uma
188 contextualização sobre a real situação do controle interno e declarou que o Portal da Transparência é um
189 veículo de grande importância hoje para a sociedade, tendo em vista a divulgação dos gastos públicos.
190 Informou que os salários de todos os servidores do Estado do Paraná vão ser divulgados no Portal,
191 dando assim maior transparência à sociedade. Passando a palavra para o Representante do **Conselho**
192 **Revisor do Estado do Paraná**, senhor **André Pegorer**, esse destacou que a experiência do Conselho
193 Revisor no Governo do Estado do Paraná é, na área pública, algo inédito. O Conselho acompanha as
194 ações do governo, analisa e propõe soluções, tendo uma monitoria em 82 projetos. Semanalmente, o
195 grupo se reúne no gabinete do governador para a avaliação do andamento dos projetos. Ressaltou,
196 ainda, que uma equipe de servidores públicos das diversas secretarias representadas no Conselho, dão
197 suporte ao trabalho do grupo e também que cada um dos 82 programas avaliados recebe sinais que
198 apontam a situação do desenrolar das ações monitoradas, portanto, os programas com sinal "vermelho"
199 são os que estão sem situação crítica; com amarelo, "em alerta", e com verde, "em andamento normal".
200 O Conselho Revisor tem sido rigoroso, assinalou, ao demonstrar que em torno de 40% das ações
201 contam, hoje, com o "sinal verde". Como exemplos de programas de governo que tiveram solução
202 encontrada pelo Conselho Revisor, citou ainda, o fornecimento de medicamentos pelo Estado, a
203 implantação do Centro de Queimados em Londrina e a desapropriação da sede do Clube Santa Mônica
204 no litoral. Finalizou dizendo que são experiências nas quais conseguiram resolver problemas a partir do
205 acompanhamento pelo Conselho Revisor.

206 **PALESTRA: Solução Web Governance: uma proposta de informação do processo de auditoria**
207 **nos órgãos de controle interno – Maria Celeste Moraes Guimarães, Auditora-Geral do Estado de**
208 **Minas Gerais.** Em seu discurso destacou a importância do controle dos trabalhos de auditoria realizados
209 no Estado de Minas Gerais, uma vez que esse monitoramento é realizado através do sistema
210 informatizado e é feito pelo Superintendência Central da Auditoria Operacional e pelo dirigente máximo.
211 Passou a palavra para o senhor **Fernando Antônio Sette Pinheiro França**, que elencou as dificuldades
212 encontradas na realização dos trabalhos de auditoria sem o sistema informatizado, tais como; a baixa
213 interatividade, procedimentos não uniformes e falhas na comunicação. Quando surgiu a idéia de ter um
214 sistema informatizado de auditoria para o gerenciamento dos trabalhos via um sistema integrado (WEB),
215 era com a função de melhorar os mecanismos dificultadores para dar uma uniformidade aos trabalhos de
216 auditoria, aumentar a interatividade entre o órgão central de auditoria e os auditores nos seus
217 respectivos órgãos (auditorias setoriais e seccionais) no gerenciamento dos trabalhos. O Sistema
218 Integrado de Gerenciamento de Auditoria – SIGA, tem como função primordial o controle dos trabalhos
219 de auditoria em tempo real, o controle da efetividade das recomendações, o gerenciamento das
220 informações e a emissão de certificado do cumprimento das recomendações.

221 **PALESTRA: Ações da Controladoria-Geral da União de apoio ao fortalecimento dos órgãos de**
222 **controle interno – Vânia Lúcia Ribeiro Vieira – Diretora de Prevenção da Corrupção da**
223 **Controladoria-Geral da União.** Em seu discurso destacou a importância de se adotar medidas de
224 prevenção e combate à corrupção, com a criação e o fortalecimento dos órgãos de controle interno para
225 a prevenção e o combate à corrupção. No gerenciamento de pessoal relacionado à prevenção e o
226 combate à corrupção, faz-se uma seleção de servidores, seja por concurso ou outro mecanismo para
227 que se possa mensurar o mérito ou eficiência do candidato. O cuidado que devemos ter com o conflitos
228 de interesses, o fortalecimento da gestão e a capacitação dos servidores, o aprimoramento do marco
229 legal, retirando as fragilidades para que possamos ter um controle interno forte e atuante. Destacou
230 ainda, a promoção da ética como medida para a prevenção à corrupção, além de disseminar os princípios
231 e os valores da administração pública, cabe à comissão de ética a orientação e a conscientização.
232 Incremento da transparência pública e o acesso à informação com a criação dos vários portais da
233 transparência em diversos Estados, o estímulo à participação e controle social, mapeamento de riscos
234 da corrupção, conhecer os setores da administração, sejam os mais vulneráveis, uso de tecnologia da
235 informação dá o auxílio nos trabalhos, acompanhamento da evolução patrimonial de agentes públicos e
236 ouvidoria. Ressaltou ainda os programas de fortalecimento da gestão pública e das ações de
237 fortalecimento dos órgãos de controle interno, através da capacitação dos servidores estaduais e
238 municipais. Citou ainda a aprovação da lei de criação do controle interno de Araraquara em São Paulo,
239 em parceria com o Tribunal de Contas Estadual, o qual realizou a capacitação em todos os municípios

Poder Judiciário
 do Estado de Minas Gerais
 Conselho Superior da Magistratura

Selo de Fiscalização
 BAS 01913

TABELÃO FERRAZ 1º OFÍCIO DE NOTAS
 Rua nº 187 - B Hta - MG - Tel 3222-0584
 Tabelação João Maurício Villano Ferraz

AUTENTICAÇÃO
 23 MAR 2009

CONFERIDO E ACHADO CONFORME O ORIGINAL APRESENTADO

| | | | |
|--------------------------|-------------------------------------------------|--------------------------|------------------------------|
| <input type="checkbox"/> | OSÉRIO E ACHADO CONFORME O ORIGINAL APRESENTADO | <input type="checkbox"/> | MARIA ANGELA XAVIER OLIVEIRA |
| <input type="checkbox"/> | LEVERARDO VIEIRA FILHO | <input type="checkbox"/> | PAULO MARCO TASSARA |
| <input type="checkbox"/> | VENÍCIO DELLA CROCE | <input type="checkbox"/> | SERENAS FERNANDES DE SOUZA |
| <input type="checkbox"/> | MARIA TERESA ALVES DINIZ | <input type="checkbox"/> | MARCELO ANDRADE FERRAZ |
| <input type="checkbox"/> | CLEUSDETE VIZACRE ALVES VAZ | | |

CONSELHO NACIONAL DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO
DOS ESTADOS BRASILEIROS E DO DISTRITO FEDERAL - CNCI

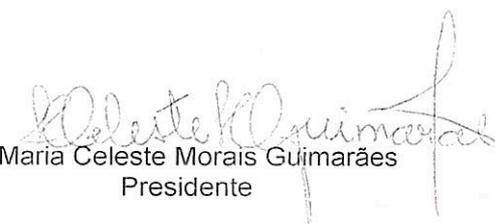


240 do Estado do Tocantins. Destacou ainda as propostas da Controladoria-Geral da União no âmbito do
241 PNAGE, a respeito do provimento da infra-estrutura necessária ao desenvolvimento e fortalecimento da
242 capacidade institucional dos órgãos de controle interno, na elaboração de manuais e procedimentos para
243 as atividades de controle, o fortalecimento da atividade disciplinar, o desenvolvimento de políticas
244 públicas e instrumentos de promoção da transparência pública e promoção da ética. Destacou ainda a
245 parceria na realização dos projetos do CNCI juntamente com o Escritório das Nações Unidas Contra
246 Drogas e Crimes no Brasil – UNODC e a Controladoria-Geral da União no desenvolvimento de padrões e
247 de protocolos para intercâmbio eletrônico de dados e de informações entre os órgãos estaduais públicos
248 de controle interno e a realização de Diagnósticos sobre os sistemas organizacionais e sobre o perfil de
249 recursos humanos dos órgãos de controle internos, parceria esta que só tem a contribuir para o
250 fortalecimento do controle interno no Brasil, finalizou.

251 **Leitura e Aprovação da Ata do I Encontro do CNCI em Fortaleza-CE** – Iniciados os trabalhos do dia,
252 a Srª. Presidente do CNCI passou a palavra para o Secretário Executivo do Conselho, Henrique Hermes
253 Gomes de Moraes, Auditor-Geral Adjunto do Estado de Minas Gerais, que expôs sobre o envio
254 precedentemente, da minuta da ata do I Encontro do CNCI realizado em Fortaleza-CE, para que todos
255 os participantes procedessem às alterações e críticas para o ajuste e aprovação pelos integrantes no I
256 Encontro em Fortaleza-CE. Foram feitas as considerações dos membros integrantes do CNCI,
257 resultando o anuente posicionamento de todos os membros e dando-se então a aprovação, por
258 unanimidade, da ata do I Encontro do CNCI realizado em 22 e 23 de novembro de 2007, em Fortaleza-
259 CE.

260 **OUTROS ASSUNTOS DA PAUTA:** Foi ratificado o desejo do sr. José Ricardo Wanderley Dantas de
261 Oliveira, **Secretário Especial da Controladoria-Geral do Estado de Pernambuco** em sediar o III
262 Encontro, ficando para o primeiro semestre do ano de 2009, no **Estado do Rio de Janeiro** a realização
263 do IV Encontro e no segundo semestre na **Capital Teresina/PI** o V Encontro. Como sugestão de temas
264 para o próximo encontro, os presentes destacaram; “mensurar os resultados das ações de Controle
265 Interno”, “auditoria na receita pública”, “auditoria da qualidade no gasto público e efetividade da
266 prestação do gasto público”, “uso de sistema de inteligência, parcerias com o Ministério Público e Polícia
267 Federal” e “mudanças na contabilidade pública e o Conselho Federal”. Foram aprovados pelos
268 participantes os seguintes projetos apresentados pela presidência do Conselho Nacional:
269 1) O desenvolvimento de padrões e de protocolos para intercâmbio eletrônico de dados e de
270 informações entre os órgãos estaduais públicos de controle interno; 2) Atualização do diagnóstico do
271 perfil dos recursos humanos dos órgãos estaduais de controle interno; 3) Atualização do diagnóstico
272 sobre os sistemas organizacionais dos órgãos estaduais de controle interno. 4) formação de grupo de
273 estudo para a elaboração da norma que regularmente a Estrutura Orgânica dos Órgãos de Controle
274 Interno na Administração Brasileira. Decidiu-se que, os encontros ocorrerão em dois dias, sendo, o
275 segundo dia reservado para questões técnicas e fechadas para os membros do Conselho Nacional. O
276 recebimento do patrocínio e ficando a criação de um grupo de estudo para adequação do Título IV do
277 Patrimônio, da Renda e da Administração Patrimonial e Financeira – Capítulo I do Patrimônio e da
278 Renda, artigo 30, do Estatuto do Conselho Nacional. **Fica a partir desta data, 13 de maio de 2008,**
279 **alterada a denominação social para Conselho Nacional dos Órgãos de Controle Interno dos**
280 **Estados Brasileiros e do Distrito Federal – CONACI**

281 **ENCERRAMENTO:** E nada mais havendo a tratar, deram-se por encerrados os trabalhos, às dezoito
282 horas e trinta minutos, e, no cumprimento de atribuição formal, *Eu, Henrique Hermes Gomes de Moraes,*
283 **Secretário-Executivo e Auditor-Geral Adjunto do Estado de Minas Gerais,** finalizo o relato das
284 expressões e deliberações dos participantes da reunião ordinária do II Encontro do CONACI, realizado
285 nos dias 12 e 13 de maio de 2008, em Salvador/BA. Ata que será lida e achada conforme
286 a próxima reunião ordinária do CONACI, e, em seguida assinada por mim e pela presidente do Conselho
287 Nacional dos Órgãos de Controle Interno dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal- CONACI.
288
289
290
291

292
293
294
295

Maria Celeste Moraes Guimarães
Presidente


Henrique Hermes Gomes de Moraes
Secretário-Executivo

Ficou arquivada sob o nº 00087249

CARTÓRIO MARCELO FERAZ
1. OF. DE REGISTRO DE PESSOAS
JURIDICAS
SUPER CENTER - ED. VENANCIO 2000
SCS. Q.08 BL. B-60 SL. 140-E 1, ANCAP
BRASILIA/DF - TELEFONE: 224-4026

Registrado e Arquivado sob o
Numero 0008270 do livro n. A-19 em
108/08/2007. Dou fé.
Protocolado e microfilmado sob
nº00087249
Brasilia, 15/04/2009.

Titular: Marcelo Ferraz
Subst.: Edlene Miguez
Geralda do Carmo
Eunice de Oliveira
Edileuza Miguez Pereira Franco
Francineide Gomes de Jesus
Marcus Antonio da C. Oliveira
Michelle Barros Lima
Maria Lúcia C. Burle Griff
- Rosimar Alves de Jesus



Custas: R\$ 974
Tab.: J. D. S. R.

Selo de Fiscalização
AUTENTICAÇÃO
BAS 01912

JOÃO FERRAZ 1º OFÍCIO DE NOTAS
Rua Goiás nº 187 - B Hte - MG - Tel 3222-0584
Tabelião João Mauricio Villano Ferraz

23 MAR 2009

CONFERIDO E IGUAL DO ORIGINAL APRESENTADO

| | |
|------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> EVERARDO VIEIRA PILHO | <input type="checkbox"/> MARIA ANGELA XAVIER OLIVEIRA |
| <input type="checkbox"/> VENICIO DELLA CROCE | <input type="checkbox"/> PAULO MARCIO TASSARA |
| <input type="checkbox"/> MARIA TERESA ALVES DINIZ | <input type="checkbox"/> SEREMAS FERNANDES DE SOUZA |
| <input type="checkbox"/> CLEUSDÉTE VIZACRE ALVES VAZ | <input type="checkbox"/> MARCELO ANDRADE FERREIRA |